

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO TJ- MA

P R O V A 0 4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 001/2024



ANALISTA JUDICIÁRIO –
DIREITO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

Este é um simulado cuidadosamente preparado, com questões selecionadas especificamente com base nos critérios relevantes para sua preparação.

Cada questão foi escolhida criteriosamente. Esteja pronto para testar seus conhecimentos de forma direcionada e otimizada.

O simulado inclui questões extraídas de provas anteriores do Instituto Consulplan e Consulplan.

Ressaltamos que as questões incorporadas neste simulado são propriedade intelectual da respectiva banca

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Texto para responder à questão.

Crise da Venezuela é teste para instituições da América Latina

A crise na Venezuela, talvez o maior colapso econômico não provocado por uma guerra nas últimas quatro décadas, deu início a um dos maiores fluxos migratórios do mundo. De acordo com as Nações Unidas, até junho de 2019 mais de 4 milhões de pessoas haviam fugido do país, com uma média de 5 mil pessoas saindo por dia em 2018. Mais de 80% dos imigrantes venezuelanos ficaram em nações da América Latina ou do Caribe, muitas das quais nunca haviam lidado com migrações desse porte anteriormente.

Com o intenso impacto sentido na região, é de se pensar que a reação seria hostil nesta era em que o nativismo aumenta mundialmente e que o crescimento econômico na região é anêmico. Em um primeiro momento, porém, ela foi positiva, embora a tensão venha aumentando. Com um grupo de estudantes, conduzimos uma pesquisa em sete países da região e encontramos exemplos de boas e más reações, incluindo sinais de piora.

Boa parte do debate gira em torno da oferta de serviços essenciais, como comida, saúde, moradia, apoio jurídico e inserção no mercado de trabalho. A maioria dos imigrantes venezuelanos é pobre e tem pouca formação acadêmica, precisando, portanto, de diversos tipos de apoio social, algo que tem custos incrivelmente altos para os governos que já não possuem muitos fundos.

Ainda que a maioria dos países ofereça pelo menos o mínimo desses serviços e que muitos colaborem internacionalmente para assegurar mais apoio estrangeiro, pesquisas mostram que boa parte dos imigrantes não está recebendo apoio suficiente. Em países em que imigrantes venezuelanos representam mais de 1,5% da população (Equador, Chile, Colômbia, Trinidad e Tobago e o estado de Roraima, no Brasil), o esgotamento já é visível. Alguns governos precisaram contar demasiadamente com apoio de organizações estrangeiras (especialmente o Equador), ou até mobilizar as Forças Armadas para auxiliar com operações logísticas e humanitárias, como no caso do Brasil. As duas coisas são sinais de desespero.

Acolher imigrantes envolve, também, oferecer opções jurídicas para sua chegada e residência. Para os venezuelanos, um passaporte válido pode ser custoso, quando não impossível. O governo venezuelano sempre atrasou consideravelmente a emissão de passaportes — e com taxas desnecessariamente altas — e desde 2017 suspendeu indefinidamente agendamentos e renovações por falta de material. É ainda mais difícil para os venezuelanos conseguir outros documentos, como certidões de bons antecedentes criminais, requisito para a entrada em países mais restritos, como o Equador. [...]

As instituições e a opinião pública na América Latina têm sido testadas pela crise da Venezuela. O assunto já se tornou motivo de discussão na eleição chilena de 2017, com um dos principais candidatos assumindo um discurso claramente anti-imigração. Felizmente, a região é protegida por normas internacionais pró-imigração, organizações civis robustas e políticos simpáticos à causa. Mas essas defesas podem não ser suficientes para conter o aumento do nativismo causado pela pior onda migratória em décadas.

(Javier Corrales, da Americas Quarterly, traduzido por Daniel Salgado, 14/07/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/crise-da-venezuela-teste-para-instituicoes-da-america-latina-23802888>. Com adaptações.)

O uso do termo “teste”, no título do texto, demonstra o emprego de uma palavra empregada, de acordo com o contexto, no sentido:

- a) Irônico.
- b) Satírico.
- c) Pejorativo.
- d) Conotativo.

Questão 02

De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota

promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa de que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com “fundos insuficientes”. Mas nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível.

Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça. No processo de conquistar nosso legítimo direito, nós não devemos ser culpados de ações de injustiças. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio.

Nós sempre temos que conduzir nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Nós não devemos permitir que nosso criativo protesto se degenere em violência física. Novamente e novamente nós temos que subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força de alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, muitos de nossos irmãos brancos, como comprovamos pela presença deles aqui hoje, vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissolúvelmente à nossa liberdade.

Nós não podemos caminhar sós. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não puderem ter hospedagem nos motéis das estradas e nos hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississippi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar. Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos até que a justiça e a retidão rolem abaixo como águas de uma poderosa correnteza. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo o estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.

Eu tenho um sonho hoje!

(Trecho do Discurso de Martin Luther King. 28/08/1963. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>. Adaptado.)

Estabelecendo relação com a questão anterior, **“Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, [...]” (2º§)**, indique nos trechos a seguir o termo assinalado que possui a mesma função sintática exercida pela oração destacada indicada anteriormente.

- “Esta nota era uma promessa [...]”*
- “[...] a liberdade deles é ligada indissolúvelmente a nossa liberdade.”*
- “Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória.”*
- “Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos [...]”*

Questão 03

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Maior incidência de demência em mulheres pode estar relacionada à desigualdade

Um estudo envolvendo quase 30 mil indivíduos de 18 países, nos seis continentes, sugere que a desigualdade social e econômica pode explicar a maior incidência de demências em mulheres – no caso do *Alzheimer*, elas respondem por dois terços dos pacientes. Como os fatores de risco não diferem no que diz respeito ao gênero, o fato de a expectativa de vida feminina ser

superior à masculina vinha sendo apontado como uma das principais causas para o surgimento da doença, tese que *Jessica Gong*, pesquisadora do *The George Institute for Global Health* e principal autora do trabalho, questiona:

O número de pessoas vivendo com algum tipo de demência deve ultrapassar 150 milhões em 2050, com um crescimento significativo nos países menos abastados, sem meios de intervir nos indicadores sociais e econômicos associados à doença. Em 2020, artigo publicado pelo “*Lancet Commission Report*” estimou que 12 fatores de risco modificáveis – todos atrelados a políticas públicas de qualidade – são responsáveis por quase metade dos casos de demência. Segue a lista: baixo nível educacional; hipertensão; obesidade; diabetes; depressão; problemas de audição; consumo excessivo de álcool; fumo; sedentarismo; relações sociais limitadas; poluição atmosférica; e, traumas no cérebro.

Os pesquisadores estão particularmente interessados na questão da educação, considerada um fator de proteção contra o declínio cognitivo. Em países de renda média ou baixa, as mulheres ainda enfrentam desafios não só para estudar como para conseguir oportunidades profissionais. A epidemiologista Sanne Peters, que integrou o time responsável pelo levantamento, acrescentou a violência doméstica como outro problema cujos efeitos vão se refletir na saúde cognitiva na velhice.

O *Women’s Brain Project* (Projeto Cérebro da Mulher), misto de movimento e instituição criado em 2016, quer aprofundar a discussão sobre as diferenças de gênero e sua relação com problemas neurológicos e psiquiátricos. É o que defende sua criadora, a médica *Antonella Santuccioni Chadha*: “temos que investigar para distinguir o que é biológico e o que é social, e se temos uma combinação dos dois fatores”. Historicamente, o nível educacional das mulheres é menor e, em várias partes do mundo, há barreiras para impedir seu acesso à instrução. Além da questão hormonal, cuja produção declina a partir da meia-idade, há aspectos socioculturais que representam um risco extra – um deles seria o estresse de ser cuidadora, função quase sempre feminina.

(Mariza Tavares — Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2023/02/23/maior-incidencia-de-demencia-em-mulheres-pode-estar-relacionada-adesigualdade.ghtml>. Acesso em: 23/02/2023.)

No 1º§, o uso do travessão tem como justificativa separar:

- a) Aposto enumerativo como opção aos dois pontos.
- b) Inserção de informação que exemplifica informação anterior.
- c) Orações coordenadas que apresentam informações complementares.
- d) Introdução de discurso direto que objetiva ampliar informação antecedente.

Questão 04

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Maior incidência de demência em mulheres pode estar relacionada à desigualdade

Um estudo envolvendo quase 30 mil indivíduos de 18 países, nos seis continentes, sugere que a desigualdade social e econômica pode explicar a maior incidência de demências em mulheres – no caso do *Alzheimer*, elas respondem por dois terços dos pacientes. Como os fatores de risco não diferem no que diz respeito ao gênero, o fato de a expectativa de vida feminina ser superior à masculina vinha sendo apontado como uma das principais causas para o surgimento da doença, tese que *Jessica Gong*, pesquisadora do *The George Institute for Global Health* e principal autora do trabalho, questiona:

O número de pessoas vivendo com algum tipo de demência deve ultrapassar 150 milhões em 2050, com um crescimento significativo nos países menos abastados, sem meios de intervir nos indicadores sociais e econômicos associados à doença. Em 2020, artigo publicado pelo “*Lancet Commission Report*” estimou que 12 fatores de risco modificáveis – todos atrelados a políticas públicas de qualidade – são responsáveis por quase metade dos casos de demência. Segue a lista: baixo nível educacional; hipertensão; obesidade; diabetes; depressão; problemas de audição; consumo excessivo de álcool; fumo; sedentarismo; relações sociais limitadas; poluição atmosférica; e, traumas no cérebro.

Os pesquisadores estão particularmente interessados na questão da educação, considerada um fator de proteção contra o declínio cognitivo. Em países de renda média ou baixa, as mulheres ainda enfrentam desafios não só para estudar como para conseguir oportunidades profissionais. A epidemiologista Sanne Peters, que integrou o time responsável pelo levantamento, acrescentou a violência doméstica como outro problema cujos efeitos vão se refletir na saúde cognitiva na velhice.

O *Women’s Brain Project* (Projeto Cérebro da Mulher), misto de movimento e instituição criado em 2016, quer aprofundar a discussão sobre as diferenças de gênero e sua relação com problemas neurológicos e psiquiátricos. É o que defende sua

criadora, a médica *Antonella Santuccioni Chadha*: “temos que investigar para distinguir o que é biológico e o que é social, e se temos uma combinação dos dois fatores”. Historicamente, o nível educacional das mulheres é menor e, em várias partes do mundo, há barreiras para impedir seu acesso à instrução. Além da questão hormonal, cuja produção declina a partir da meia-idade, há aspectos socioculturais que representam um risco extra – um deles seria o estresse de ser cuidadora, função quase sempre feminina.

(Mariza Tavares — Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2023/02/23/maior-incidencia-de-demencia-em-mulheres-pode-estar-relacionada-adesigualdade.ghtml>. Acesso em: 23/02/2023.)

Pode-se constatar o emprego de figura de linguagem no seguinte trecho destacado a seguir:

- a) “É o que defende sua criadora, a médica *Antonella Santuccioni Chadha*: [...]” (4º§)
- b) “O número de pessoas vivendo com algum tipo de demência deve ultrapassar 150 milhões em 2050, [...]” (2º§)
- c) “Segue a lista: baixo nível educacional, hipertensão, obesidade, diabetes, depressão, problemas de audição, [...]” (2º§)
- d) “O *Women’s Brain Project (Projeto Cérebro da Mulher)*, misto de movimento e instituição criado em 2016, quer aprofundar a discussão [...]” (4º§)

Questão 05

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavares-dia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

Pode-se inferir a partir do segmento “Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.” em relação às ideias apresentadas no 4º parágrafo que:

- a) A filosofia e as razões de ser da existência de cada indivíduo são extremamente relevantes diante de uma sociedade acelerada e individualista.
- b) A referida atuação profissional é compreendida de forma a extrapolar o âmbito formal, cotidiano e objetivo; abarca questões que se estendem a particularidades e abstração individual.
- c) Em referência à atuação da Advocacia Pública, há uma comparação com a Ciência ao citar termos como “DNA”, demonstrando igual importância entre diferentes áreas do conhecimento.
- d) Há uma referência a determinada influência sobre a atuação na defesa dos direitos exercida no âmbito intrafamiliar, valorizando, assim, uma atuação cuja predisposição exclui influências externas.
- e) Em face do desenvolvimento da atuação citada ao longo dos anos, pode-se notar razões para sua atuação cada vez mais

relacionadas a critérios pessoais refletindo em decisões também pessoais.

Questão 06

Os estatutos do homem (Ato Institucional Permanente)

A Carlos Heitor Cony

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

(MELLO, Thiago de. *Os Estatutos do Homem*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Fragmento.)

Tendo em vista o propósito de comunicação, pode-se afirmar que:

- A narrativa apresentada pelo eu lírico desperta em seu interlocutor reflexões de aspecto universal.
- O texto apresenta a função atribuída aos textos em que a linguagem utilizada possui termos técnicos específicos de determinada área profissional.
- Embora haja o comprometimento das características próprias do poema, a intenção do eu lírico, ao expor a mensagem, não pôde ser comprometida.
- O poeta utiliza como recurso que contribui para a construção de sentido o uso de características de dois gêneros textuais diferentes em um único texto.

Questão 07

Texto para responder à questão.

Crise da Venezuela é teste para instituições da América Latina

A crise na Venezuela, talvez o maior colapso econômico não provocado por uma guerra nas últimas quatro décadas, deu início a um dos maiores fluxos migratórios do mundo. De acordo com as Nações Unidas, até junho de 2019 mais de 4 milhões de pessoas haviam fugido do país, com uma média de 5 mil pessoas saindo por dia em 2018. Mais de 80% dos imigrantes venezuelanos ficaram em nações da América Latina ou do Caribe, muitas das quais nunca haviam lidado com migrações desse porte anteriormente.

Com o intenso impacto sentido na região, é de se pensar que a reação seria hostil nesta era em que o nativismo aumenta mundialmente e que o crescimento econômico na região é anêmico. Em um primeiro momento, porém, ela foi positiva, embora a tensão venha aumentando. Com um grupo de estudantes, conduzimos uma pesquisa em sete países da região e encontramos exemplos de boas e más reações, incluindo sinais de piora.

Boa parte do debate gira em torno da oferta de serviços essenciais, como comida, saúde, moradia, apoio jurídico e inserção no mercado de trabalho. A maioria dos imigrantes venezuelanos é pobre e tem pouca formação acadêmica, precisando, portanto, de diversos tipos de apoio social, algo que tem custos incrivelmente altos para os governos que já não possuem muitos fundos.

Ainda que a maioria dos países ofereça pelo menos o mínimo desses serviços e que muitos colaborem internacionalmente para assegurar mais apoio estrangeiro, pesquisas mostram que boa parte dos imigrantes não está recebendo apoio suficiente. Em países em que imigrantes venezuelanos representam mais de 1,5% da população (Equador, Chile, Colômbia, Trinidad e Tobago e o estado de Roraima, no Brasil), o esgotamento já é visível. Alguns governos precisaram contar demasiadamente com apoio de organizações estrangeiras (especialmente o Equador), ou até mobilizar as Forças Armadas para auxiliar com operações logísticas e humanitárias, como no caso do Brasil. As duas coisas são sinais de desespero.

Acolher imigrantes envolve, também, oferecer opções jurídicas para sua chegada e residência. Para os venezuelanos, um passaporte válido pode ser custoso, quando não impossível. O governo venezuelano sempre atrasou consideravelmente a emissão de passaportes — e com taxas desnecessariamente altas — e desde 2017 suspendeu indefinidamente agendamentos e renovações por falta de material. É ainda mais difícil para os venezuelanos conseguir outros documentos, como certidões de bons antecedentes criminais, requisito para a entrada em países mais restritos, como o Equador. [...]

As instituições e a opinião pública na América Latina têm sido testadas pela crise da Venezuela. O assunto já se tornou motivo de discussão na eleição chilena de 2017, com um dos principais candidatos assumindo um discurso claramente anti-imigração. Felizmente, a região é protegida por normas internacionais pró-imigração, organizações civis robustas e políticos simpáticos à causa. Mas essas defesas podem não ser suficientes para conter o aumento do nativismo causado pela pior onda migratória em décadas.

(Javier Corrales, da Americas Quarterly, traduzido por Daniel Salgado, 14/07/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/crise-da-venezuela-teste-para-instituicoes-da-america-latina-23802888>. Com adaptações.)

De acordo com o autor do texto:

- a) A crise da Venezuela, apesar de ser grave, é uma situação passageira que envolve instituições das mais diversas.
- b) As discussões em torno da crise vivida na Venezuela têm estado paralisadas devido a interesses políticos e particulares.
- c) Há um embate entre duas situações que se opõem de acordo com os princípios e necessidades próprios de cada uma: o nativismo e a migração.
- d) Instituições de diversas categorias têm sido atingidas pela crise da Venezuela não havendo possibilidade de algum tipo de reação que contenha ou diminua os seus efeitos.

Questão 08

Texto para responder à questão.

Crise da Venezuela é teste para instituições da América Latina

A crise na Venezuela, talvez o maior colapso econômico não provocado por uma guerra nas últimas quatro décadas, deu início a um dos maiores fluxos migratórios do mundo. De acordo com as Nações Unidas, até junho de 2019 mais de 4 milhões de pessoas haviam fugido do país, com uma média de 5 mil pessoas saindo por dia em 2018. Mais de 80% dos imigrantes venezuelanos ficaram em nações da América Latina ou do Caribe, muitas das quais nunca haviam lidado com migrações desse porte anteriormente.

Com o intenso impacto sentido na região, é de se pensar que a reação seria hostil nesta era em que o nativismo aumenta mundialmente e que o crescimento econômico na região é anêmico. Em um primeiro momento, porém, ela foi positiva, embora a tensão venha aumentando. Com um grupo de estudantes, conduzimos uma pesquisa em sete países da região e encontramos exemplos de boas e más reações, incluindo sinais de piora.

Boa parte do debate gira em torno da oferta de serviços essenciais, como comida, saúde, moradia, apoio jurídico e inserção no mercado de trabalho. A maioria dos imigrantes venezuelanos é pobre e tem pouca formação acadêmica, precisando, portanto,

de diversos tipos de apoio social, algo que tem custos incrivelmente altos para os governos que já não possuem muitos fundos.

Ainda que a maioria dos países ofereça pelo menos o mínimo desses serviços e que muitos colaborem internacionalmente para assegurar mais apoio estrangeiro, pesquisas mostram que boa parte dos imigrantes não está recebendo apoio suficiente. Em países em que imigrantes venezuelanos representam mais de 1,5% da população (Equador, Chile, Colômbia, Trinidad e Tobago e o estado de Roraima, no Brasil), o esgotamento já é visível. Alguns governos precisaram contar demasiadamente com apoio de organizações estrangeiras (especialmente o Equador), ou até mobilizar as Forças Armadas para auxiliar com operações logísticas e humanitárias, como no caso do Brasil. As duas coisas são sinais de desespero.

Acolher imigrantes envolve, também, oferecer opções jurídicas para sua chegada e residência. Para os venezuelanos, um passaporte válido pode ser custoso, quando não impossível. O governo venezuelano sempre atrasou consideravelmente a emissão de passaportes — e com taxas desnecessariamente altas — e desde 2017 suspendeu indefinidamente agendamentos e renovações por falta de material. É ainda mais difícil para os venezuelanos conseguir outros documentos, como certidões de bons antecedentes criminais, requisito para a entrada em países mais restritos, como o Equador. [...]

As instituições e a opinião pública na América Latina têm sido testadas pela crise da Venezuela. O assunto já se tornou motivo de discussão na eleição chilena de 2017, com um dos principais candidatos assumindo um discurso claramente anti-imigração. Felizmente, a região é protegida por normas internacionais pró-imigração, organizações civis robustas e políticos simpáticos à causa. Mas essas defesas podem não ser suficientes para conter o aumento do nativismo causado pela pior onda migratória em décadas.

(Javier Corrales, da Americas Quarterly, traduzido por Daniel Salgado, 14/07/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/crise-da-venezuela-teste-para-instituicoes-da-america-latina-23802888>. Com adaptações.)

A partir do trecho “De acordo com as Nações Unidas, até junho de 2019 mais de 4 milhões de pessoas haviam fugido do país, com uma média de 5 mil pessoas saindo por dia em 2018” (1º§) é possível reconhecer que:

- Há uma referência a outros discursos sociais citando-se um acontecimento histórico.
- Com o emprego da linguagem informal, é assegurada a acessibilidade a importantes informações.
- A apresentação de fatos relativos ao conteúdo textual tem sua origem em fonte confiável e de autoridade.
- Como estratégia para atrair o leitor, ocorre a ênfase a um aspecto emblemático contido no conteúdo apresentado.

Questão 09

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Livrarias, livros & leitura

Grandes livrarias fecham, que pena! Mas pena ainda maior é que, mesmo com elas abertas, o Brasil registrava (e ainda registra) poucos leitores. Pouco mais, pouco menos de 50% de nossa população é considerada leitora. Mas, se grandes livrarias fecham, pequenas livrarias abrem. Não é ótimo?

Entretanto, como se disse acima, é uma pena que livrarias – quaisquer livrarias – fechem as portas: a perda de qualquer espaço cultural é lamentável. E talvez a questão seja ainda mais complexa, porque esta perda de espaço para circulação (na verdade, compra e venda) de livros se acompanha de uma diminuição na produção deles.

Pesquisa recente da Câmara Brasileira de Livros registra, em 2019, 50,331 milhões de títulos produzidos para uma população de mais ou menos 193 milhões de pessoas e 46,382 milhões de títulos produzidos em 2020.

Que pena! Porém, não apenas livrarias estão rareando na paisagem urbana.

Onde foram parar os cinemas de rua? Filme, agora, quase que só no *shopping*... Ou, no sofá de casa, almofadas no chão, e algum serviço *on-line* de *streaming*. Livrarias e salas de cinema têm muito charme. As pequenas livrarias, que parecem multiplicar-se, talvez tenham até mais charme do que as de rede, quase sempre muito pessoais.

Mas o encerramento de livrarias e a diminuição de salas de cinema não provocam o fim dos livros, da leitura, de filmes. E os livros impressos em papel, com todas suas preciosas texturas, continuam existindo e coexistindo com o livro digitalizado e com o livro digital. Talvez vivamos um tempo parecido com o que assistiu à coexistência do livro manuscrito com o impresso, do encadernado com o de bolso.

Se Borges diz que “sempre imaginei que o Paraíso fosse uma espécie de livraria”, digamos que hoje temos vários modelos de Paraíso...

Será?

De qualquer forma, é fundamental não confundir a cultura e seus produtos com seus suportes e seus espaços de circulação. Ou seja: na telinha ou na página, quem quer ler, lê. E por isso precisamos nos esforçar para que a leitura se faça mais presente na vida de todos nós.

(Marisa Lajolo. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/opiniaio/livrarias-livros-leitura-1.949611.>)

Pode-se reconhecer e identificar o emprego de alguns dos recursos argumentativos utilizados nos trechos a seguir, **EXCETO**:

- a) “Livrarias e salas de cinema têm muito charme.” (5º§)
- b) “Pouco mais, pouco menos de 50% de nossa população é considerada leitora.” (1º§)
- c) “Se Borges diz que ‘sempre imaginei que o Paraíso fosse uma espécie de livraria’, digamos que hoje temos vários modelos de Paraíso...” (7º§)
- d) “Pesquisa recente da Câmara Brasileira de Livros registra, em 2019, 50,331 milhões de títulos produzidos para uma população de mais ou menos 193 milhões de pessoas [...]” (3º§)

Questão 10

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Maior incidência de demência em mulheres pode estar relacionada à desigualdade

Um estudo envolvendo quase 30 mil indivíduos de 18 países, nos seis continentes, sugere que a desigualdade social e econômica pode explicar a maior incidência de demências em mulheres – no caso do *Alzheimer*, elas respondem por dois terços dos pacientes. Como os fatores de risco não diferem no que diz respeito ao gênero, o fato de a expectativa de vida feminina ser superior à masculina vinha sendo apontado como uma das principais causas para o surgimento da doença, tese que *Jessica Gong*, pesquisadora do *The George Institute for Global Health* e principal autora do trabalho, questiona:

O número de pessoas vivendo com algum tipo de demência deve ultrapassar 150 milhões em 2050, com um crescimento significativo nos países menos abastados, sem meios de intervir nos indicadores sociais e econômicos associados à doença. Em 2020, artigo publicado pelo “*Lancet Commission Report*” estimou que 12 fatores de risco modificáveis – todos atrelados a políticas públicas de qualidade – são responsáveis por quase metade dos casos de demência. Segue a lista: baixo nível educacional; hipertensão; obesidade; diabetes; depressão; problemas de audição; consumo excessivo de álcool; fumo; sedentarismo; relações sociais limitadas; poluição atmosférica; e, traumas no cérebro.

Os pesquisadores estão particularmente interessados na questão da educação, considerada um fator de proteção contra o declínio cognitivo. Em países de renda média ou baixa, as mulheres ainda enfrentam desafios não só para estudar como para conseguir oportunidades profissionais. A epidemiologista Sanne Peters, que integrou o time responsável pelo levantamento, acrescentou a violência doméstica como outro problema cujos efeitos vão se refletir na saúde cognitiva na velhice.

O *Women’s Brain Project* (Projeto Cérebro da Mulher), misto de movimento e instituição criado em 2016, quer aprofundar a discussão sobre as diferenças de gênero e sua relação com problemas neurológicos e psiquiátricos. É o que defende sua criadora, a médica *Antonella Santuccioni Chadha*: “temos que investigar para distinguir o que é biológico e o que é social, e se temos uma combinação dos dois fatores”. Historicamente, o nível educacional das mulheres é menor e, em várias partes do mundo, há barreiras para impedir seu acesso à instrução. Além da questão hormonal, cuja produção declina a partir da meia-idade, há aspectos socioculturais que representam um risco extra – um deles seria o estresse de ser cuidadora, função quase sempre feminina.

(Mariza Tavares — Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2023/02/23/maior-incidencia-de-demencia-em-mulheres-pode-estar-relacionada-a-desigualdade.ghtml>. Acesso em: 23/02/2023.)

A expressão “há aspectos” (4º§) manteria a correção gramatical de acordo com a norma padrão da língua caso fosse reescrita da seguinte forma (desconsidere alterações semânticas):

- a) “*existe aspectos*”
- b) “*existem aspectos*”

- c) “*haveriam aspectos*”
- d) “*existirão aspectos*”

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

O Deputado Federal João, com o objetivo de honrar compromisso assumido junto à sua base eleitoral, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a região norte do Estado-membro Alfa ser desmembrada e formar um novo Estado-membro da federação brasileira.

Após alentada pesquisa, a assessoria concluiu corretamente que o almejado desmembramento da região norte de Alfa, à luz da Constituição da República,

- a) não é possível, considerando a indissolubilidade da federação brasileira.
- b) é possível, desde que haja aprovação da população diretamente interessada e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- c) é possível, desde que o desmembramento seja acolhido em plebiscito pela população de Alfa e a Constituição Estadual seja alterada para modificar os limites do seu território.
- d) não é possível, considerando que a mobilidade da federação, no plano endógeno, está adstrita aos Municípios, e, no plano exógeno, pressupõe a incorporação de novos territórios.
- e) é possível, sendo necessário o referendo da proposta pela população da região norte de Alfa, conforme normas estabelecidas pelo Congresso Nacional e a edição de lei complementar estadual.

Questão 12

Uma das características fundamentais de uma conduta ética é a moralidade, que consiste

- a) na conduta de se preocupar com os interesses do outro de forma espontânea e positiva.
- b) nas virtudes, que dão origem à capacidade de distinguir o certo do errado.
- c) em um conjunto de valores que conduzem o comportamento, as decisões e as ações.
- d) no comportamento que torna as pessoas plenas e autênticas, visto como excelência humana.
- e) nos elementos que orientam a convivência bondosa dos indivíduos entre si.

Questão 13

O fenômeno da ética

- a) está estritamente ligado ao fenômeno da moral, sendo, por vezes, considerados sinônimos.
- b) é analisado em sua dimensão puramente teórica, enquanto o fenômeno da moral é analisado no campo prático da vida, de modo que um não depende do outro.
- c) pode ser estudado juntamente com o fenômeno da moral, tratando ambos do conjunto de atitudes, hábitos e comportamentos de uma sociedade.
- d) deve ser validado pelo julgamento do fenômeno moral, de forma que tudo o que é moralmente aceito será eticamente aceitável.
- e) bem como o fenômeno da moral, não podem influenciar a interpretação das normas jurídicas, haja vista a premissa da autonomia científica.

Questão 14

Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- a) moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- b) moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- c) ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- d) moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- e) moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

Questão 15

Acerca do exercício da cidadania, assinale a opção **correta**.

- a) Cidadania substantiva é a capacidade que o nacional detém para participar da vida política, seja como eleitor ou como eleito, observando as regras descritas pela legislação eleitoral.
- b) Cidadania democrática é a capacidade de se exercer, ativamente, influência na vida política, seja formal, seja informalmente, acatando-se os princípios da tolerância e da pluralidade de ideias.
- c) Cidadania é um privilégio reconhecido somente àqueles que detêm poder econômico para ocupar cargos eletivos.
- d) Cidadania é uma parcela do poder exercida ocasionalmente por grupos paramilitares que procuram, paralelamente ao poder público, efetivar o bem comum em certa comunidade.
- e) Cidadania é a faculdade conferida a determinadas pessoas para, querendo, exercer o seu direito de voto nas diversas eleições.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

Considere o mapa abaixo.



(Disponível em: <https://www.embrapa.br>)

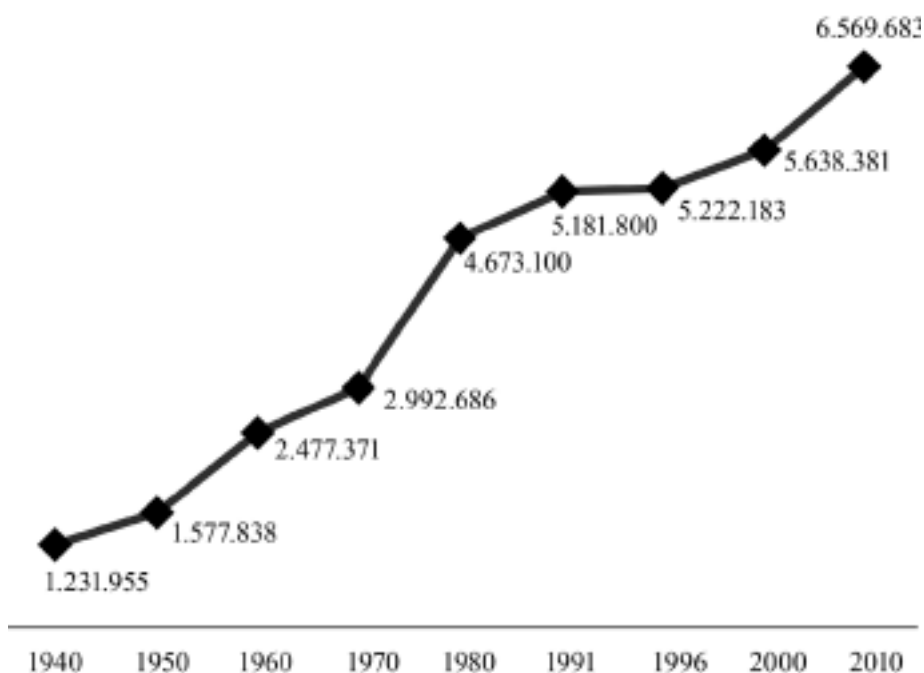
O estado do Maranhão apresenta 19 domínios geomorfológicos. Sobre o domínio destacado no mapa é correto afirmar que se trata de

- a) um conjunto de superfícies tabulares elevadas e delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes superiores a 100 m; os interflúvios localizados na porção leste desse domínio apresentam predomínio de baixos platôs dissecados, francamente entalhados por uma rede de drenagem de média a alta densidade.
- b) um conjunto de extensas superfícies planálticas pouco dissecadas e posicionadas em cotas baixas, entre 150 m e 250 m; esses baixos platôs são entalhados por uma rede de drenagem de dendrítica a subdendrítica, de baixa a moderada densidade. Em restritas porções com alta densidade de drenagem, os baixos platôs estão francamente dissecados, em relevo de colinas tabulares.
- c) um relevo caracterizado por um conjunto de superfícies planálticas de extensos topos planos e não dissecados – chapadões – que se destacam, topograficamente, por meio de escarpas rochosas, cerca de 150 m a 250 m acima do nível de base regional demarcado pelas superfícies aplainadas, desenvolvidas a partir da abertura dos principais vales na região e do recuo regressivo das escarpas de borda de chapada.
- d) uma vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob a forma de mesetas e morros-testemunhos, com caimento geral de leste para oeste; em direção à calha do Rio Tocantins, drenados pelos vales de vários rios (todos afluentes do Rio Tocantins), além dos altos cursos dos rios Mearim e Itapecuru.
- e) extensa área planáltica com topos planos e não dissecados alçadas em cotas que variam entre 350 m e 600 m de altitude e

levemente adernadas para norte; a superfície planáltica, foi profundamente entalhada por uma rede de vales encaixados; área apresenta alta vulnerabilidade a processos erosivos e a movimentos de massa.

Questão 17

Crescimento populacional do Maranhão



Internet: <<http://hiltonfranco.com.br>> (com adaptações).

O gráfico precedente apresenta dados acerca da evolução populacional do Maranhão até 2010. De acordo com o IBGE, essa tendência de crescimento tem-se mantido. Considerando esse gráfico e as informações relativas a ele, assinale a opção correta.

- Infere-se dos dados apresentados no gráfico que tem ocorrido aumento contínuo na taxa de natalidade do estado.
- Comparada aos demais intervalos mostrados no gráfico, a década de 70 a 80 do século passado foi aquela em que o Maranhão registrou o menor aumento em seu contingente populacional.
- O crescimento populacional, no período mostrado no gráfico, ocorreu a taxas variáveis.
- Entre os anos de 2000 e 2010, o estado apresentou o menor crescimento em relação aos demais intervalos mostrados no gráfico.
- A transição demográfica marca a evolução da população do estado.

Questão 18

A região denominada MATOPIBA, da qual o Maranhão faz parte, tornou-se alvo de investimentos nos últimos anos. Com relação à dinâmica socioeconômica dessa região, assinale a opção correta.

- Devido à predominância da agricultura familiar em MATOPIBA, tradicional no Maranhão, grandes agricultores deixaram de encontrar terras para investir na implantação de monoculturas na região.
- Essa região compreende parte do território do Maranhão em que se notam excelentes índices de desenvolvimento humano (IDH), dado o crescimento econômico verificado.
- Os investimentos agrícolas em MATOPIBA garantiram sucesso na produção, com destaque, por exemplo, para o cultivo do feijão.
- Os estados da região de MATOPIBA colaboram como fornecedores de insumos tecnológicos, beneficiando-se do crescimento das atividades econômicas implantadas na região.
- No Maranhão, observa-se a instauração de um fluxo migratório em função da oferta de emprego na região de MATOPIBA, o que tem provocado decréscimo populacional na capital do estado.

Questão 19

Terras do oeste maranhense estão incluídas no Programa Grande Carajás (PGC). Essa região participa nas atividades do PGC com

- atividades industriais ligadas ao beneficiamento do arroz e da mandioca.
- atividades petroquímicas, que integram o setor mais importante do oeste maranhense.

- c) o fornecimento de energia elétrica, para o abastecimento das indústrias de alumínio.
- d) o transporte de cargas da companhia Vale do Rio Doce pela Estrada de Ferro Carajás.
- e) a exploração de minério de ferro para exportação.

Questão 20

A respeito da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, assinale a opção correta.

- a) A companhia, que detinha o monopólio do comércio de diversas mercadorias com o objetivo de evitar o contrabando e sonegação de impostos, submetia-se ao poder do Estado do Grão-Pará e Maranhão.
- b) A criação da companhia ocorreu no contexto de autonomia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em relação ao Brasil, que permitia que o estado tivesse, inclusive, governador próprio.
- c) As atividades da companhia não incluíram o comércio de escravos, já que era mais comum, na região, o uso da mão-de-obra indígena.
- d) Com o desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão a companhia também foi extinta, o que resultou em uma súbita redução nas exportações do Maranhão e do Pará.
- e) A companhia, apesar de deter o monopólio das exportações, atuou em consonância com os interesses dos produtores locais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

De acordo com a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório. Sobre o estágio probatório são feitas as seguintes afirmações:

- I. O estágio tem a duração de 18 meses, prorrogáveis por mais 4 meses a critério do superior hierárquico.
- II. A assiduidade e a produtividade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo.
- III. Findo o estágio, o servidor aprovado adquirirá estabilidade, caso contrário será exonerado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I e III.

Questão 22

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, em sua redação vigente, estabelece:

- a) A posse em cargo público ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, sem direito à prorrogação.
- b) O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a quarenta horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.
- c) Não poderá ser promovido servidor em estágio probatório, disponibilidade, licença para tratar de interesses particulares ou quando colocado à disposição de órgão ou entidades não integrantes da administração estadual, salvo por merecimento.
- d) À servidora que adotar ou obter guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento oitenta dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.
- e) A gratificação de representação pelo exercício de cargo em comissão incorpora-se à remuneração do servidor titular de cargo efetivo na proporção de um décimo por ano de exercício do cargo em comissão, até o limite de dez décimos.

Questão 23

De acordo com a Lei nº 6.107/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, são considerados como de efetivo exercício do servidor os períodos relativos a licença para

- I. desempenho de mandato classista.
- II. realizar missão ou estudo, salvo se no exterior.
- III. integrar representação desportiva estadual ou nacional, conforme disposto em regulamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

Questão 24

Considerando a legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Maranhão, assinale a opção **correta** acerca das prerrogativas dos servidores quanto a mandatos eletivos.

- a) O servidor investido em mandato de prefeito não será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar entre a remuneração do cargo original e a de prefeito.
- b) Havendo compatibilidade de horário, o servidor investido em mandato estadual ou federal perceberá as vantagens de seu cargo original, não podendo ser deste afastado.
- c) O servidor investido em mandato de vereador não poderá optar pela remuneração do cargo eletivo caso haja incompatibilidade de horários.
- d) O servidor que for investido em mandato eletivo poderá contabilizar o tempo de serviço para todos os efeitos, inclusive para fins de promoção por merecimento ou para avaliação de desempenho.
- e) O servidor terá direito a afastamento, sem remuneração, durante o período entre a escolha dele como candidato a cargo eletivo, por convenção partidária, e a véspera do registro de sua candidatura na justiça eleitoral.

Questão 25

Para responder à questão, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

Fátima, servidora pública do Estado do Maranhão irá contrair núpcias. Neste caso, poderá ausentar-se sem prejuízo da contagem de seu tempo de serviço e sem desconto em sua remuneração por até

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 3 dias.
- d) 10 dias.
- e) 2 dias.

Questão 26

José, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não reincidente em falta funcional, fez uma crítica ao Governador do Estado do Maranhão, com uso de palavras depreciativas, em determinado despacho em processo administrativo que estava sob sua condução.

Sobre a conduta de José, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão, é correto afirmar que

- a) é lícito a José criticar autoridade pública em tal despacho, ainda que se utilize de palavras depreciativas, desde que seus atos não constituam crimes contra a honra.
- b) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com suspensão por até 15 (quinze) dias.
- c) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com multa correspondente a até 5 (cinco) dias de sua remuneração.
- d) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com pena de advertência por escrito.
- e) José, por não ser reincidente, embora tenha cometido falta administrativa, é passível de punição com pena de advertência de forma oral.

Questão 27

Assinale a opção correta no que diz respeito a vantagens e garantias do magistrado estabelecidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão e atualizações.

- a) O magistrado terá direito a gratificações adicionais e anuais, limitadas a 50% de seu salário bruto.
- b) Será considerado acréscimo ao tempo de serviço do magistrado o exercício da advocacia por ele prestado, comprovadas as contribuições previdenciárias.
- c) O magistrado está sujeito à redução de seus vencimentos nos termos da lei.
- d) Ao magistrado é garantida a vitaliciedade após um ano de efetivo exercício no cargo.
- e) A promoção do magistrado ocorrerá exclusivamente por antiguidade, atendidas as regras regimentais estabelecidas.

Questão 28

Assinale a opção **correta** conforme o estabelecido no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão e suas atualizações.

- a) No referido código, o Conselho da Justiça Militar não está incluído entre os órgãos do Poder Judiciário, por ser instituição exclusiva do Exército brasileiro, vinculada ao Ministério da Defesa.
- b) No estado do Maranhão, o presidente e o vice-presidente do tribunal de justiça são eleitos por maioria dos seus membros em votação aberta, para mandato de 2 anos.
- c) Em caso de ausência, impedimento ou férias do secretário judicial, este será substituído por seu substituto permanente, indicado pelo juiz titular e designado pelo corregedor-geral da justiça.
- d) O limite de remuneração do ocupante do cargo interino de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão será equivalente a 100% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Os juizes de paz serão eleitos para mandato de 4 anos, sem direito a reeleição, para atuarem exclusivamente na justiça de paz.

Questão 29

Sobre a divisão judiciária, para os efeitos da administração da Justiça Comum, segundo disciplinado no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, é **correto** afirmar que

- a) as comarcas de primeira entrância são definidas como aquelas sediadas em municípios com menos de 50 mil habitantes.
- b) a zona judiciária se define como o grupo de comarcas abrangidas na circunscrição territorial de cada uma das 32 Regiões Administrativas de Planejamento do Estado do Maranhão.
- c) cada município do Estado corresponde a um termo judiciário.
- d) os juízos distritais constituem subdivisões das comarcas de maior extensão territorial com competência restrita a casos de menor complexidade.
- e) as comarcas de entrância especial são assim classificadas considerando o contingente de eleitores da cidade-sede e a diversidade de suas atribuições e competências.

Questão 30

Segundo a Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 014/91), assinale a alternativa correta:

- a) A criação de novas comarcas dependerá da ocorrência dos seguintes requisitos população mínima de trinta mil habitantes e dez mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede e audiência prévia da Corregedoria Geral da Justiça.
- b) A comarca de Estreito conta com três juizes de direito.
- c) Nos casos de falta ou impedimento dos titulares da comarca, sua competência será prorrogada, quanto a todos os feitos, ao juiz de direito designado pelo corregedor-geral da Justiça.
- d) O Tribunal de Justiça, por maioria simples de seus membros, poderá, por meio de resolução, alterar a denominação e a competência de varas, com a consequente redistribuição dos feitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

Considerando o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- b) A teoria do risco administrativo não admite as excludentes de responsabilidade do Estado.
- c) No que tange aos notários e oficiais de registro, apesar de prestarem serviço público, o legislador infraconstitucional fez expressa opção pela responsabilização subjetiva.
- d) O Estado deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, de modo que, em caso de inobservância desse dever específico, o Estado é responsável pela morte de detento.

Questão 32

Sobre as formas de provimento e vacância, analise as afirmativas a seguir.

- I. A vacância da função de confiança pode decorrer de dispensa ou de destituição.
- II. O aproveitamento do servidor em disponibilidade depende de inspeção médica.
- III. A reversão é o reingresso no serviço público do funcionário que provar a ilegalidade da demissão.
- IV. O servidor que tiver declarado insubsistente a invalidez será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é(são) afirmativa(s) que, além de prevista(s) na legislação pertinente, não ofende(m) a Constituição Federal de 1988 apenas

- a) I.
- b) III.
- c) IV.
- d) I e II.
- e) II e III.

Questão 33

Com base nas disposições constitucionais vigentes alusivas ao servidor público, é **correto** afirmar que:

- a) É absolutamente vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de quaisquer benefícios em regime próprio de previdência social.
- b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, necessariamente reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização.
- c) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas.
- d) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o regime próprio de previdência social.
- e) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, acrescido de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação.

Questão 34

Rodolfo, servidor público, exerce a função de chefia no órgão Y e tem competência para editar determinado ato administrativo. Tal competência, estabelecida por lei, admite delegação. Em 01/01/2022, Astolfo pratica um ato administrativo, no exercício de competência delegada por Rodolfo. De acordo com o entendimento jurisprudencial, levando em consideração o caso hipotético, a responsabilidade do ato administrativo praticado é de:

- a) Rodolfo, a quem a lei confere diretamente a competência.
- b) Astolfo, que praticou o ato no exercício de competência delegada.
- c) Rodolfo, pois este tem responsabilidade pelos atos praticados através de sua delegação.
- d) Rodolfo, pois deve revisar todos os atos praticados no exercício de competência por ele delegada.

Questão 35

De acordo com a Lei nº 8.666/93, pode-se dispensar a licitação nas seguintes situações, **EXCETO**:

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) Para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.
- d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Questão 36

Um grupo de amigos decidiu criar uma associação civil. O estatuto estabeleceu a denominação, os fins e o local da sede, deixando para decidir, no caso concreto, as condições de inclusão e exclusão dos associados. Nos termos das regras do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A associação deve constituir-se para fins não-econômicos, salvo quando estabelecer quotas ou fração ideal sobre seu patrimônio.
- b) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado prever no estatuto categorias de associados com vantagens especiais.
- c) O estatuto padece de nulidade, pois o instrumento constitutivo deve conter as condições de inclusão e exclusão dos associados.
- d) As condições de inclusão e exclusão dos associados devem ser decididas na primeira reunião da associação, vedada a decisão apenas no caso concreto.

Questão 37

João é aposentado e possui três residências: habitualmente, de janeiro a abril ele reside na casa de praia de seus pais, onde nasceu; de maio a agosto na casa que já residia ao se aposentar; e de setembro a dezembro na sua mais antiga casa própria, no

campo. Nos termos do Código Civil brasileiro, o domicílio de João é a localidade:

- a) Apenas em que nasceu.
- b) De quaisquer das residências habituais.
- c) Apenas em que residia ao se aposentar.
- d) Apenas onde se encontra a residência que habitava há mais tempo.

Questão 38

Considere as situações específicas a seguir.

- I. No curso da prescrição de uma dívida líquida e certa, reconheceu-se, judicialmente, a condição pródiga de Sílvia.
- II. Ivan era credor de Cibelle e, antes do termo final da prescrição, desenvolveram uma relação amorosa e se casaram.
- III. Edgar era chefe executivo de uma sociedade anônima; contudo, devedor do financiamento de um automóvel. No curso do prazo prescricional para cobrança dessa dívida, teve que se ausentar do Brasil a trabalho.

NÃO representam situações que contêm causas que impedem ou suspendem a prescrição

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Questão 39

É possível afirmar que não haverá penas, **EXCETO**:

- a) De banimento.
- b) De caráter perpétuo.
- c) De trabalhos forçados.
- d) De morte, em nenhuma hipótese.

Questão 40

Tendo em vista o tema dos direitos sociais, dos trabalhadores e do direito de greve, analise as afirmativas a seguir.

- I. O direito social do trabalho, além da sua faceta mais conhecida, de índole positiva, também guarda consigo um componente negativo; tal direito não consiste apenas na obrigação do Estado de criar ou de contribuir para criar postos de trabalho, mas, antes, implica também a obrigação de o Estado se abster de impedir ou limitar o acesso dos cidadãos ao trabalho.
- II. A Justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
- III. Se a greve de servidores públicos for de âmbito nacional, ou abranger mais de uma região da Justiça Federal, ou ainda, compreender mais de uma unidade da federação, a competência para o dissídio de greve será do Supremo Tribunal Federal.
- IV. O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.

Questão 41

A Constituição de 1988 adotou o federalismo de equilíbrio que fundamentou a repartição de competências, especialmente a legislativa, para permitir uma maior participação dos Estados na produção normativa. Acerca das competências legislativas dos Estados determinadas na Constituição Federal de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() É inconstitucional lei do Estado X, de iniciativa de deputado estadual, que determina a obrigatoriedade de instituir a língua alemã como uma opção de disciplina de língua estrangeira, uma vez que é de competência privativa da União legislar diretrizes e bases da educação nacional.

() Cabe aos Estados, privativamente, explorar os serviços locais de gás canalizado, podendo esta regulamentação ser feita via lei ordinária ou medida provisória.

() É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual que disponha sobre sistema de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

() É constitucional lei do próprio Estado determinando que a Cia Estadual de Água forneça água potável, imediatamente, por meio de carro-pipa, sempre que houver interrupção injustificada do serviço para os clientes afetados.

A sequência está **correta** em

- a) V, V, V, V.
- b) V, V, F, F.
- c) F, F, V, F.
- d) F, F, F, V.
- e) F, F, F, F.

Questão 42

A Constituição da República Federativa do Brasil trata, dentre outros assuntos, da administração pública e seus servidores. Acerca da estabilidade dos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

II. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

IV. O servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

Está **correto** o que se afirma em

- a) **I, II, III e IV.**
- b) **I e IV, apenas.**
- c) **II e III, apenas.**
- d) **II, III e IV, apenas.**

Questão 43

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado- -Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão terceirizado, representa a União, judicial, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Questão 44

Marcelo em um passeio turístico tradicional de mergulho em Natal-RN, ao perceber que o barco em que se encontrava já em alto mar estava afundando pelo fato de não saber nadar e, também, não existir colete salva-vidas para todos, com intuito de ficar com o colete, agride Jonas, causando-lhe a morte. Ocorre que o barco não estava em alta profundidade, mas, em um local de corais, ou seja, em um local raso, de forma que Marcelo conseguiria ficar de pé, sem que a água lhe encobrisse para aguardar o socorro. Considerando a situação hipotética anteriormente mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores Marcelo não deverá ser responsabilizado, segundo a Lei brasileira, já que

- se tratou de uma das possibilidades de exclusão da ilicitude, qual seja, legítima defesa.
- se tratou de uma das possibilidades de exclusão da ilicitude, qual seja, estado de necessidade.
- se tratou de uma das possibilidades de exclusão de tipicidade, já que não agiu nem com dolo e nem com culpa.
- apesar de tratar-se de uma figura tipicamente prevista no Código Penal brasileiro, é uma situação plenamente justificável pelas circunstâncias, excluindo a culpabilidade e isentando Marcelo da pena.

Questão 45

Joana, convenceu Maria, sua vizinha de 58 anos de idade, a lhe outorgar um instrumento de mandato para movimentar sua conta bancária, argumentando para a mesma que poderia ajudar cotidianamente com essas tarefas no banco, ou seja, efetuar pagamento de contas, fazer saques, dentre outras. Tendo em mãos tal procuração, Joana compareceu à agência bancária onde Maria era correntista e sacou todo o valor que a mesma possuía em aplicações financeiras, no total de cinco mil reais. O convencimento, a posse da procuração e a obtenção da vantagem ocorreram no dia 18 de novembro de 2019. O fato chega ao conhecimento da autoridade policial por notícia feita pela filha da outorgante, ainda em novembro de 2019 e, em 2 de março de 2020, o Ministério Público oferece denúncia em face de Joana, imputando-lhe a prática do crime de estelionato. Embora tenha sido ouvida em sede policial, Maria não manifestou sua vontade de ver Joana processada pela prática delitiva. A denúncia foi recebida e a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores no Brasil, analise as afirmativas e assinale a que apresenta a tese adequada a ser empregada pela defesa no referido *habeas corpus*.

- A necessidade de remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal, para que haja oferta da transação penal.
- A ausência de condição específica de procedibilidade, em razão da exigência de representação da ofendida.
- A ausência de condição da ação, pois caberia à vítima o ajuizamento da ação penal privada no caso concreto.
- A atipicidade da conduta, em razão do consentimento da vítima, consistente na ausência de manifestação de ver o acusado processado.

Questão 46

São condições justificadoras do segredo de justiça, nos termos do Código de Processo Civil, **EXCETO**:

- Ação versar sobre união estável ou divórcio.
- Ação versar sobre qualquer cumprimento de carta arbitral.
- Existência, na ação, de um direito constitucional à intimidade.
- Declaração de um interesse público específico incidente sobre a ação.

Questão 47

Em determinado processo foi deferida a prova pericial de engenharia. Entretanto, o assistente técnico da parte ré não foi intimado da data da perícia. Posteriormente, requereu esclarecimentos sobre o laudo, em quesitação suplementar, sem nada referir sobre a ausência de sua intimação. Todos os quesitos apresentados pelo assistente técnico do réu foram respondidos. Após a sentença, que foi de parcial procedência, o demandado alegou em seu recurso a nulidade da prova pericial, uma vez que não fora intimado da data da vistoria. Neste caso:

- Sem prejuízo provado não há por que anular a sentença, que é válida e eficaz.
- O recurso deve ser provido e a sentença anulada, para que a perícia seja refeita.
- O recurso deve ser improvido, ante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- Sendo a sentença baseada exclusivamente no laudo, será nula por cerceamento de defesa.

Questão 48

“Anna e Marina celebraram entre si um contrato de prestação de serviços, no qual restou acordado que cumprida a obrigação de fazer pela primeira, caberia à segunda o pagamento de uma quantia líquida de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no prazo de até dez dias úteis. O documento, além de ter sido devidamente assinado pelas contratantes, também o foi por duas testemunhas devidamente identificadas. Ocorre que, apesar de Anna ter cumprido adequadamente sua obrigação, Marina não procedeu ao pagamento da pecúnia no prazo estipulado. De posse da via original do instrumento particular, a citada prestadora de serviço procura a advogada Thatiana, buscando receber da devedora os valores que entende lhe serem devidos. Ato contínuo, a mencionada procuradora entendeu por bem ajuizar para sua cliente uma ação de cobrança pelo procedimento comum em face da devedora. Ao observar tal fato, de plano, o Juiz indeferiu a petição inicial; porquanto, entendeu que a parte autora não

possuía interesse processual, uma vez inadequada a via eleita, argumentando que deveria ser ajuizada para a lide, em verdade, apenas a ação executória e não a de cobrança.”

Considerando o caso explicitado, bem como as disposições da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O documento apresentado por Anna à advogada Thatiana, em verdade, constitui título executivo judicial.
- b) Interposta apelação pela requerente Anna em face da decisão que indeferiu a inicial, poderá o Juiz retratar-se dela.
- c) A decisão tomada pelo Juiz foi juridicamente correta, visto que a existência de título executivo extrajudicial impede a opção pelo processo de conhecimento.
- d) Para que o instrumento particular constante do enunciado seja considerado título executivo extrajudicial, é imprescindível que seja assinado não apenas pela devedora Marina, mas também por número não menor que três testemunhas.

Questão 49

Sobre a disciplina geral das medidas cautelares no Código de Processo Penal brasileiro, é **correto** afirmar que:

- a) São irrelevantes as condições pessoais do acusado, observando-se o princípio do direito penal do fato.
- b) Deverão ser aplicadas observando-se, dentre outros fatores, a adequação da medida à gravidade do crime, como expressão do princípio da proporcionalidade.
- c) A necessidade para aplicação da Lei Penal, para a investigação ou a instrução criminal, é presumida no caso de flagrante pela prática de crime hediondo, observado o princípio da vedação de proteção deficiente.
- d) O Juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, independentemente da argumentação de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, poderá decretar medida cautelar sem oitiva prévia da parte contrária, à luz do princípio do poder geral de cautela.

Questão 50

Da decisão, despacho ou sentença criminal, que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição, ou de outra causa extintiva da punibilidade, caberá:

- a) Apelação.
- b) *Habeas corpus*.
- c) Revisão criminal.
- d) Correção parcial.
- e) Recurso em sentido estrito.

PROVA DISCURSIVA

Em matéria de regime jurídico que rege a atividade dos Oficiais de Justiça e de comunicação dos atos no bojo de processos administrativos, responda às perguntas a seguir, de forma objetivamente fundamentada.

- a) A fé pública é um importante princípio da atividade de Oficial de Justiça Avaliador Federal. Tendo por base a doutrina de Direito Administrativo, cite e explique o atributo do ato administrativo que está diretamente relacionado à fé pública de que goza uma certidão emitida por um Oficial de Justiça, no exercício da função.
- b) Em tema de processo administrativo, de acordo com Lei nº 9.784/1999, a doutrina de Direito Administrativo e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (b.1) Quais as hipóteses em que a intimação deve ser efetuada por edital no processo administrativo? (b.2) No processo administrativo, a revelia produz aos mesmos efeitos que, em regra, costuma produzir nos processos judiciais?

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO